



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, o vereador Fabrício Gama assumiu a presidência da Mesa e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Comentou sobre a aprovação na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa do projeto de lei proibindo a utilização de sacos plásticos à base de petróleo em nosso estado. Disse estar feliz porque esta é uma lei que já existe em nosso município e teve a honra de apresentá-la em 2015. Revelou ter feito, para tanto, um estudo amplo sobre legislação similar no estado de São Paulo e em Curitiba, conseguindo então elaborar um bom projeto, que foi aprovado por unanimidade neste parlamento, sendo sancionado pelo prefeito Zenaldo Coutinho. Agora, continuou, a Alepa percebeu a importância desta legislação para o estado do Pará e o presidente daquele Poder, deputado Daniel Santos, apresentou e colocou em pauta um projeto semelhante. Mencionou reportagem divulgada no jornal televisivo Bom Dia Pará neste dia sobre o assunto. Nesta matéria, informou, foi entrevistado um ambientalista que confirmou o que já se sabia: é grande o prejuízo ambiental provocado pelo descarte de sacos e sacolas plásticas à base de petróleo em uma cidade como a nossa, cortada por canais. Referiu que, por culpa do poder público e da população, sacos e sacolas plásticas são usados para acondicionar lixo e tudo vai parar no meio da rua ou nos canais, rios, igarapés e matas. Desse modo, arrazoou, Belém, a porta da Amazônia, é uma das cidades que mais contribui para que a natureza seja degradada. Na matéria do jornal Bom Dia Pará, continuou, pessoas foram entrevistadas e uma senhora, à porta de um supermercado, sugeriu que artesãos comesçassem a produzir sacolas não descartáveis para vender e empresas fizessem o mesmo. Considerou que isso pode gerar mais emprego e renda, uma consequência positiva dessa mudança, pontuando ser necessário mudar o hábito de usar sacolas descartáveis. Sobrelevou a importância dos projetos aprovados nesta Casa, citando o projeto que proíbe o uso de canudinhos plásticos em nosso município, aprovado recentemente. Recomendou que a Alepa também aprovasse projeto semelhante, aconselhando os deputados estaduais a dedicar um tempo assistindo pela *internet* às sessões deste Poder. Manifestou estar feliz e orgulhoso com o desempenho da Câmara Municipal de Belém, referindo que a lei liberando a venda de cerveja nos estádios durante os eventos esportivos foi a mais copiada no estado do Pará: quase todas as câmaras municipais paraenses aprovaram projetos similares. Chamou a atenção para o fato de que, desde 2015, a legislação federal estabelece que questões como transporte e lixo devem ser tratadas conjuntamente nas regiões metropolitanas do país, envolvendo todos os municípios e o estado membro da Federação (Estatuto da Metrôpole – Lei Federal nº 13089, de 12/01/2015). Entretanto, lamentou, parece que ônus recai apenas sobre a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal de Belém, não havendo grande participação dos demais municípios da Região Metropolitana de Belém no que se refere a estes temas comuns. Informou haver um documento, a ser assinado pelos membros deste legislativo, solicitando informações ao Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano - Programa Ação Metrôpole sobre o andamento das obras do BRT Metropolitano. Explicou que brevemente será entregue o BRT Belém e logo se fará o processo licitatório para o serviço de transporte público em nossa capital, mas não se sabe ainda qual a situação das obras do BRT Metropolitano. Assinalou que o documento a ser enviado por esta Casa àquele órgão estadual pedirá informações sobre o prazo de entrega, os custos e a integração do BRT Metropolitano ao BRT Belém. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa e o vereador Fabrício Gama usou da palavra. Observou que a estação inicial do BRT Metropolitano ficará sediada em Belém e a CMB deve participar das discussões referentes à sua implantação, pois ele será utilizado pelos belenenses e terá impacto sobre a população de nossa capital. Lembrou ter sido aprovada neste

parlamento, por iniciativa sua, a formação de uma comissão para acompanhar o andamento das obras do BRT Metropolitano, ainda no governo Simão Jatene. Relatou que esta comissão participou de apenas uma reunião com a secretaria de estado responsável pelo projeto, mas o novo governo estadual assumiu e ela não foi chamada posteriormente a participar de reunião alguma. Apesar disso, estabeleceu, é necessário que este parlamento faça tal fiscalização, pois a obra situa-se no município de Belém, embora seja responsabilidade do governo do estado. Dirigiu-se depois à bancada do PSOL pedindo que esta se posicione a respeito da Praça do Futuro (parte do projeto Belém Porto Futuro, obra do governo federal sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional) que está há mais de dois anos sem ser concluída, tendo custado 30 milhões de reais aos cofres públicos. Anunciou estar ingressando com requerimento nesta Casa solicitando a realização de uma visita dos parlamentares àquela obra. Opinou que os parlamentares do PSOL são furiosos quando se trata de criticar ou cobrar a respeito das obras da Prefeitura Municipal de Belém e disse que gostaria de ver a mesma fúria ao se verificar onde foram gastos os recursos federais neste caso. O vereador Pablo Farah pronunciou-se posteriormente e solidarizou-se com as famílias das vítimas do desabamento do prédio em Fortaleza, ocorrido no dia anterior. Recordou que acidentes desta natureza já ocorreram em nossa capital e pediu aos órgãos responsáveis pela fiscalização das obras que fiquem alerta para evitar novos sinistros. Pediu ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – Crea do Pará que faça uma campanha e realize vistorias nos prédios. Pediu também a seus pares que, além de fiscalizar as obras públicas, também ficassem atentos às construções irregulares em nosso município, embora isso não fosse exatamente da alçada dos vereadores. Ressaltou a missão fiscalizadora dos parlamentares, independentemente de designações partidárias, pois o compromisso maior que têm é com o povo. Pediu maior rigor aos órgãos da Prefeitura de Belém que têm a competência para autorização e fiscalização de reformas e construções a fim de evitar a ocorrência de sinistros em nossa cidade. Findo o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. O vereador Pablo Farah pediu então que fosse realizado, no momento oportuno, um minuto de silêncio pelas vítimas da tragédia ocorrida na cidade de Fortaleza – CE no dia anterior, o desabamento de um prédio de seis andares. O presidente Mauro Freitas estendeu esta homenagem póstuma, em nome da Câmara Municipal de Belém, ao músico Ivan Cardoso, falecido no sábado anterior, na cidade de Parauapebas, interior paraense, após sofrer um infarto. Assumiu depois a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. Pela liderança do PSB, Igor Andrade externou sua revolta quanto à possibilidade do Supremo Tribunal Federal – STF estabelecer o cumprimento de pena aos réus somente após o trânsito em julgado, sendo esgotados todos os recursos. Disse ter assistido, no dia anterior, à matéria de um jornal de âmbito nacional em que se fez um comparativo mostrando que em poucos lugares do mundo há mais favorecimento a réus que no Brasil. Considerou um retrocesso, uma garantia de impunidade, que se permita continuar em liberdade uma pessoa já condenada em primeira e segunda instância. Criticou a concessão de indultos em datas comemorativas a presidiários que, julgou, não têm condição de viver no meio da sociedade. Alertou que se a revogação da prisão após condenação em segunda instância ocorrer muitos bandidos serão soltos. Opinou ser estranho que o STF agora ameace mudar seu posicionamento a este respeito, pois mantivera a prisão após condenação em segunda instância em casos avaliados anteriormente. Repercutiu levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça mostrando que apenas 0,01% dos julgamentos em terceira instância tiveram resultado diferente daquele da segunda instância. Ponderou ser isto um indício de que os julgamentos em primeira e segunda instância estão no caminho certo. Refletiu também que os condenados em segunda instância, postos em liberdade, podem atuar para impedir o bom andamento das investigações. Lamentou que em nosso país as leis fossem rígidas para os ladrões de galinha, mas não o fossem para os criminosos que desviam milhões de reais e prejudicam toda a população. Assumiu posteriormente a presidência da Mesa o vereador Êmerson Sampaio. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Fabrício Gama relatou que visitou recentemente - acompanhando o secretário municipal de saúde, senhor Sérgio Amorim - o HPSM Dr. Humberto Maradei Pereira (HPSM do Guamá) e constatou que ele está ficando muito bonito, uma obra de primeira linha. Disse que antes aquela unidade era um “posto de saúde grande”, mas é agora realmente um pronto socorro. Inteirou sobre as melhorias ali realizadas: o aumento de 92 leitos, a implantação de ar condicionado, de sala de atendimento, de sala de cirurgia e de uma sala vermelha (para atender os casos mais graves de forma imediata). Reportou depois a visita de alguns vereadores à Unidade de Pronto Atendimento da Marambaia, considerando-a muito bonita, às vésperas de ser entregue à população. Parabenizou a gestão do prefeito Zenaldo Coutinho, pois deixará cinco UPAs prontas em Belém, que estarão acima do padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde. Destacou que o governo federal tem a obrigação de depositar 60% dos recursos para as obras e o governo Zenaldo está depositando 35% dos recursos, parte que cabe ao município. Ressaltou que, devido à crise econômica, à falta de emprego e renda, as pessoas estão adoecendo mais. Assim sendo, continuou, é crucial manter a qualidade do serviço em saúde – não apenas inaugurar o prédio público – e o

prefeito Zenaldo Coutinho o tem feito. Referiu ter ouvido alguém dizer que escolas públicas não precisam ter ar condicionado. Considerou tal proposição uma imbecilidade, afirmando que as escolas merecem todo cuidado e respeito. Salientou que as escolas públicas municipais na atual gestão são entregues com ar condicionado, biblioteca e com área para portadores de necessidades especiais. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro aludiu à falta de qualidade do transporte público em nosso município. Recordou que na sessão ordinária anterior o vereador Adriano Coelho citara o caso de um ônibus que se incendiou, sobrando apenas o cartaz de Nossa Senhora. Expressou que todos os dias as pessoas convivem com ratos, baratas e goteiras nos coletivos; diariamente cinquenta, sessenta, até setenta ônibus quebram nas ruas da cidade. Acusou a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob de não exigir qualidade das empresas do setor, dizendo cobrar dela sistematicamente, via ofício, informações sobre o sistema de transporte público. Mencionou ter estado na audiência pública sobre o BRT e ali fora dito que o sistema arrecada 500 milhões de reais por ano. Entretanto, formulou, gostaria que houvesse dados oficiais da Semob sobre esse montante. Reprovou o fato de que todos os dados sobre o sistema de transporte fossem fornecidos pelo sindicato dos empresários do setor, parecendo que a Semob não tem controle algum. Referiu que, neste mesmo dia, em uma entrevista concedida à Rádio Cultura, dois empresários de ônibus davam informações sobre a biometria facial, a ser instalada nos coletivos urbanos de nossa capital. Exprobrou que o órgão gestor – a Semob – não fale sobre o transporte público em nosso município, função exercida pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém – Setransbel. Considerou tal fato uma vergonha. Pediu esclarecimentos quanto à aprovação pela Semob deste sistema de reconhecimento facial. Reconheceu que os empresários têm razão ao se preocuparem com a fraude, mas questionou o estado dos coletivos, a qualidade do transporte e o custo da implantação desse sistema de biometria facial – perguntando se haverá ônus para o sindicato e se isso será repassado para o usuário. Julgou ser um absurdo que o governo estadual venha a construir novas estações para o BRT Metropolitano havendo estações já prontas do BRT Belém que podem ser utilizadas de forma integrada. Asseverou que o PSOL não aceitará isso. Questionou a política de paz do governo estadual sobrelevando que a polícia paraense é a que mais morre no Brasil e é a terceira que mais mata. Retomando a questão do transporte público, referiu estar percorrendo a cidade recolhendo assinaturas em um abaixo-assinado cobrando qualidade, junto à Semob e ao Ministério Público Estadual do Pará – MPPA, do serviço em nossa cidade. Afirmou que a tarifa de ônibus em Belém é cara porque não há integração – o usuário paga nova passagem ao apanhar outro coletivo. Atestou que em cidades como São Paulo há a integração temporal: as pessoas podem tomar vários ônibus dentro de um período de duas a três horas. Assegurou já haver em nossa cidade tecnologia para implantação da integração temporal, mas isso não ocorre, responsabilizando por isso a Prefeitura Municipal de Belém. Afirmou que o transporte público é competência do município, embora muitos digam o contrário. Discorreu que, sendo um problema metropolitano, a responsabilidade será metropolitana, mas sendo municipal, o que se dá em 90% dos casos, a responsabilidade é do município. Certificou que o mesmo ocorre em relação à questão do lixo: a Prefeitura de Belém tem autonomia para encaminhar soluções. Se houvesse uma articulação em nível metropolitano para tratar do assunto, seria correto. Não havendo tal arranjo, é responsabilidade da PMB fazê-lo. Entretanto, ironizou, como Zenaldo Coutinho não fez nem uma coisa nem outra, a culpa não é do prefeito de Belém e sim de uma entidade abstrata chamada Região Metropolitana. Indicou ser esta uma forma de esconder a incompetência da Prefeitura de Belém na gestão do transporte público e do lixo. Falando agora pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro apontou ser necessário cobrar que a Semob não seja um apêndice do Setransbel. Recordou ter votado contrariamente ao projeto que regulamentava o transporte alternativo em nossa capital, embora fosse favorável a esta modalidade de transporte público. Esclareceu ter tentado desmembrar a votação da parte do projeto normativa ao transporte alternativo daquela que entregava a gerência do sistema operacional de transporte público aos empresários, mas isso não foi aceito. Reiterou ser favorável à regulamentação do transporte alternativo, mas se opõe à entrega da gerência do sistema ao sindicato dos empresários do setor, pois estes só veem o transporte como um negócio, não como um serviço ou um direito da população. Explicou não estar fazendo juízo de valor, julgando se o empresário é bom ou ruim, pois, como mostra a história da sociedade capitalista, trata-se de um fato: os empresários visam ao lucro. Considerando deste modo, continuou, quanto mais cara for a tarifa, melhor será para os empresários; se não houver ar condicionado nos ônibus, idem; se não precisarem pagar um salário decente a motoristas e cobradores, também – pois tudo isso aumenta o lucro. Reconheceu ser assim que a sociedade capitalista funciona. Inquiriu, entretanto, sobre a atitude do poder público em relação à tal situação, cobrando um posicionamento da Semob quanto à implantação do sistema de reconhecimento facial nos coletivos urbanos. Reafirmou opor-se à fraude, mas quer saber se isso vai melhorar o transporte público ou apenas trará maior segurança aos empresários. Indagou sobre o dinheiro do vale transporte não usado, que é cobrado e o empresário recebe sem a contrapartida do serviço. Exortou a Semob

a assumir sua competência. Anunciou que realizará uma sessão especial, neste salão plenário, no próximo dia sete de novembro, para discutir a qualidade do transporte público em nosso município. Avisou que, como a Semob não está garantindo a qualidade do transporte público, irá à Justiça para que o MPPA exija da Prefeitura de Belém o cumprimento dessa função de ofício. Reiterou ser cara a passagem de ônibus em nossa capital. Acrescentou que utilizar um coletivo que tenha ar condicionado, não tenha baratas, não tenha ratos, não tenha goteiras e não pegue fogo não é um favor e sim um direito da população, pois o povo está pagando por isso. Advertiu estar na hora deste parlamento e da Prefeitura de Belém assumirem que a competência da gestão do sistema de transporte é do município, dividida entre o Executivo e o Legislativo. Julgou ser muito fácil empurrar esta responsabilidade para uma entidade que não existe, mas deveria existir – uma entidade metropolitana que cuidasse do transporte. Assim fazendo, retira-se a responsabilidade da Prefeitura de Belém sobre o problema do transporte público. Externou que Zenaldo Coutinho não assumiu essa responsabilidade e passou oito anos reclamando das gestões anteriores. Alertou os que pretendem concorrer ao cargo de prefeito de Belém sobre as dificuldades que enfrentarão – quem assumir a gestão municipal deve estar preparado para enfrentar e resolver os problemas, sem apenas queixar-se dos prefeitos que o antecederam. Aditou que o mesmo se aplica a Hélder Barbalho – não pode apenas culpar as gestões anteriores, inclusive no que tange à questão da violência, a ponta de lança de sua política. Estimou que esta política de combate à violência não está dando muito certo, como confirmam os números disponíveis em matéria jornalística cuja inclusão nos Anais da Casa solicitará em requerimento. Pela liderança do PRB, Simone Kahwage parabenizou o presidente Jair Bolsonaro pela assinatura, no dia anterior, de medida provisória estabelecendo o pagamento da 13ª parcela do programa Bolsa Família. Comentou que Bolsonaro foi alvo de *fake news* durante a campanha eleitoral – comentava-se que acabaria com o programa. Assumindo a presidência, declarou que ele não poderia ser encerrado, por enquanto, porque isso traria muitos problemas às famílias que ainda dele dependem. Tais famílias, prosseguiu, não têm poder aquisitivo e não há ainda uma política de empreendedorismo e qualificação profissional para que essas pessoas saiam da dependência do Bolsa Família. Confessou ter se surpreendido com as críticas feitas anteriormente pelo vereador Fernando Carneiro ao governo estadual, uma vez que os partidos de esquerda, ajuizou, não criticaram o atual governador durante a campanha. Disse que vai esperar para ver o posicionamento da esquerda em nosso estado nas eleições do próximo ano, a quem apoiarão e se continuarão criticando a atual gestão estadual. Em relação ao transporte público em nossa capital, opinou ter havido grande evolução em relação a gestões anteriores, pois antes nem se abordava esta temática. Avaliou que os vereadores da atual legislatura tiveram a coragem, juntamente com a PMB, em audiências públicas, de participar desse trâmite da mudança do transporte público. Manifestou concordar com o vereador Fernando Carneiro quanto a não ser prioritária a implantação do sistema de reconhecimento facial, havendo necessidades mais prementes, como a melhoria da qualidade dos ônibus em circulação. Notificou ter protocolado um requerimento solicitando que esta Casa emita Nota de Repúdio à atitude de um padraço que matou seu enteado, um menino, com vinte facadas por ele não parar de chorar. Antes de cometer o assassinato, continuou, o criminoso deu oito facadas na mãe da criança, tendo tal fato ocorrido na Bahia, no município de Santo Antônio de Jesus. Alertou que crimes deste tipo também ocorrem em nosso estado, sendo importante os vereadores promoverem campanhas constantes em defesa das mulheres e pela punição dos agressores. Destacou ser necessário que a Justiça aja com mais rigor contra esses malfeitores. Ponderou que, apesar de não se conhecer as causas de tal comportamento, não há justificativa para a violência contra mulheres, assassinato de inocentes e feminicídio. Declarou lutar para que as mulheres sejam respeitadas em sua integridade, tenham maior independência econômica e autonomia, assumindo outro patamar em nossa sociedade. Reassumiu então a presidência da Mesa o vereador Fabrício Gama. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente solicitou ao vereador Emerson Sampaio que fizesse a verificação nominal dos parlamentares presentes. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes às sessões ordinárias 62ª, 63ª, 64ª, 65ª, 68ª e 70ª e as atas referentes às sessões extraordinárias 9ª e 10ª, sendo todas do Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa desta legislatura. Após esta votação, foi feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas do desabamento do prédio em Fortaleza, ocorrido na manhã do dia anterior, e ao músico Ivan Cardoso, em atenção às solicitações dos vereadores Pablo Farah e Mauro Freitas. Finda esta homenagem, fez-se a leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador Emerson Sampaio pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura e votação do requerimento do vereador França solicitando um dia de licença particular, em 21/10/2019, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Dr. Chiquinho solicitando 10 dias de licença particular, no período de 04 a 13/11/2019, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Mauro

Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição de 16/10/2019, página A-2, Cultura, intitulada "Artistas unidos em prol de Rafael Lima". Fizeram o encaminhamento os vereadores Mauro Freitas e Fernando Carneiro (com aparte do vereador Dr. Chiquinho). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no portal G1, em 14/10/2019, intitulada "Mortes por policiais no Brasil sobem 4% no primeiro semestre – Rio e Pará têm alta, mas quinze estados registram queda". Fizeram o encaminhamento os vereadores Fernando Carneiro, Pablo Farah, Rildo Pessoa e Toré Lima. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro e Toré Lima. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação nominal de presença. Não havendo quórum, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às dez horas e quarenta e sete minutos. Estavam licenciados os vereadores Lulu das Comunidades, Blenda Quaresma e Joaquim Campos. Justificaram suas ausências os vereadores Dinelly, Amaury da APPD e Paulo Queiroz. Estiveram presentes os vereadores: Professor Elias, Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Bieco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Altair Brandão, pelo bloco PC do B – PT; John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pelo PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Êmerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 16 de outubro de 2019.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário